



Declaração do Going Dark Brasil

O advento da Internet e das comunicações digitais transformou a economia global e enriqueceu a sociedade civil. Nações democráticas valorizam os direitos pessoais e a privacidade e apoiam o papel das tecnologias de criptografia na proteção desses direitos nesta era digital. Nesses países, o acesso das autoridades policiais às informações de cidadãos particulares - seja em suas casas, bens pessoais ou dispositivos - é uma circunstância excepcional, que ocorre apenas em conformidade com o estado de direito e o devido processo legal.

Infelizmente, criminosos e terroristas exploram cada vez mais esses avanços tecnológicos recentes. Dispositivos eletrônicos pessoais e aplicativos de comunicação são criados sem considerar adequadamente as consequências da segurança pública; portanto, impedem o acesso a provas fundamentais para impedir crimes graves e ameaças à segurança nacional. Isso impõe obstáculos difíceis e às vezes intransponíveis à capacidade das autoridades de segurança pública de prevenir a violência, proteger as vítimas e processar criminosos.

Este tema não é apenas um problema na aplicação da lei, mas uma responsabilidade mútua para todas as partes interessadas, incluindo fornecedores de hardware, software e serviços de comunicação. Governos democráticos estão dispostos a colaborar com as partes interessadas para cumprir as responsabilidades de segurança pública; em particular, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nesses países precisam que os provedores de tecnologia melhorem seus esforços na execução de ordens legais.

Os participantes do Simpósio Going Dark Brasil, ocorrido em Brasília, nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2019, reconhecem o tema como uma preocupação internacional premente. A crescente distância entre o tempo do pedido e a autorização legal para obter provas fundamentais e os desafios tecnológicos para fazê-lo, é um problema complexo que requer atenção internacional urgente e continuada. Sem esse esforço, arriscamo-nos a uma corrosão do estado de direito que é vital para a sociedade democrática

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Assinatura manuscrita em azul de Sérgio Fernando Moro.

Sérgio Fernando Moro

Ministro da Justiça e Segurança Pública da
República Federativa do Brasil

Assinatura manuscrita em azul de Sujit Raman.

Sujit Raman

Associate Deputy Attorney General of
United States of America